

Trabalhadores professores
em fotografias 3x4: perfis
dos solicitantes de carteira
profissional em Porto Alegre,
1933-1944

Education professionals in
3x4 photographs: profiles of
applicants for professional
card in Porto Alegre, 1933-
1944

Aristeu Elisandro Machado Lopes¹
Fernando Ripe²
Mauro Dillmann³



Resumo: O artigo apresenta um delineamento representativo de uma parcela dos professores/as de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, que entre as décadas de 1930 e 1940 solicitaram carteira profissional junto à Delegacia Regional do Trabalho, em contexto de expansão do ensino, de mudanças na profissionalização professoral e nas políticas vinculadas ao trabalho no Brasil. Com fontes inéditas, fichas de qualificação profissional e fotografias 3x4, investigamos quem eram esses trabalhadores docentes que atuavam em instituições escolares da capital sul-rio-grandense, com atenção às especificidades pessoais (nome próprio, instrução, estado civil, cor, sexo, nascimento) e fisionômicas. A análise buscou compreender como as experiências dos registros fotográficos permitem apreender singularidades individuais conformadoras de imagens do “ser professor”.
Palavras-chave: História da Educação; profissão professor; instituições escolares; fotografia; Porto Alegre.

Abstract: The article presents a representative outline of a sample of teachers from Porto Alegre, Rio Grande do Sul, who applied for a professional card with the Regional Labor Bureau between the 1930s and 1940s, in the context of expanding teaching, changes in teacher professionalization and policies related to work in Brazil. With unpublished sources, professional qualification records and 3x4 photographs, we investigated who these education professionals were, who worked in school institutions in the capital of Rio Grande do Sul, with attention to personal (first name, level of education, marital status, color, sex, birth) and physiognomic specificities. The analysis sought to understand how the experiences of the photographic records allow us to understand individual singularities that shape images of “being a teacher”.
Keywords: History of Education; profession teacher; school institutions; photography; Porto Alegre.



Considerações Iniciais

Eloquente em sua nudez, a *fotografia fita e se contempla nos olhos* daqueles que a contemplam. Não verbal, a linguagem fotográfica tem o poder de calar o observador/leitor. *Não me responde*. Mas remete ao passado os *meus olhos empoeirados*. Afigurando-se como unidade, produz uma imagem sensível do ontem (VIDAL, 1998, p. 75, *grifos da autora*).

A epígrafe é uma reinterpretação de um poema de Carlos Drummond de Andrade que a historiadora da educação Diana G. Vidal utilizou para descrever os caminhos metodológicos que o olhar deve ter sobre a materialidade da fotografia levando em consideração a importância e os usos que esta materialidade tem para a História da Educação, tanto no que se refere à superação do encantamento produzido pela imagem — uma contemplação estética —, como à crítica da insistência em tomá-la como mera ilustração. Nesse sentido que nos propomos a olhar para um conjunto de fotografias, considerando-as, em seus possíveis limites, como suporte de discursos que produzem representações figurativas e significações simbólicas de um passado.

Sendo assim, este texto tem por objetivo traçar e analisar alguns perfis de um conjunto representativo de trabalhadores professores de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, que solicitaram carteira profissional⁴ junto à Delegacia Regional do Trabalho entre as décadas de 1930 e 1940. Estaremos atentos a alguns elementos relativos a possíveis representações desses profissionais, no sentido de compreender quem eram os professores⁵ da cidade de Porto Alegre que no período buscavam suas carteiras profissionais. Tal identificação pode ser acionada a partir de uma fonte privilegiada: as fichas de qualificação profissional, preenchidas no momento da solicitação de carteira.

Estas fontes pertencem ao Acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul-DRT/RS, salvaguardado, desde 2003, no Núcleo de Documentação Histórica Prof^a Beatriz Loner da Universidade Federal de Pelotas. O acervo é apenas uma parte das solicitações de carteira, uma vez que uma parcela da documentação se perdeu antes da salvaguarda. Portanto, o referido conjunto documental não representa a totalidade dos trabalhadores do estado no período e nem mesmo o número total de solicitantes. Assim sendo, os dados apresentados neste artigo são formados a partir de uma parte da documentação — a que foi preservada — do Rio Grande do Sul.



Considerando os limites de informações presentes nesses documentos, como veremos na sequência, é possível conhecer as instituições em que atuavam, as divisões de gênero e as características pessoais de cada trabalhador, como nome próprio, idade, estado civil, cor, dados antropométricos e aspectos fisionômicos, notadamente expressos pelas fotografias 3x4. Será a partir desses dados que elaboraremos alguns desses perfis⁶ dos professores de Porto Alegre, com relativa atenção para as imagens dos seus rostos.

Cabe, no entanto, destacar que nosso horizonte teórico não vislumbra a possibilidade de perceber os perfis profissionais como produto e produtor de uma identidade docente. O conceito de identidade profissional docente é aqui entendido como um processo contínuo e subjetivo que pretende construir imagens sociais de uma profissão legitimada por meio de um sentimento de pertencimento ao magistério. Nesse sentido, ainda que estejamos próximos da ideia de um possível delineamento representativo de professoras, acreditamos que a imagem social do magistério — constituída historicamente no âmbito coletivo — também é efeito de uma autoimagem produzida no/pelo ofício da profissão docente (NÓVOA, 1991). Sendo assim, e concordando com Arroyo (2000), analisaremos as informações constantes nas fichas e nas fotografias 3x4 enquanto fontes que permitem determinadas interpretações e leituras das imagens, entendendo que essas, bem como as autoimagens dos docentes, são diversas, difusas, não havendo a possibilidade de existir uma única imagem, uma alegoria que crie significações identitárias.

Em termos teórico-metodológicos, entrecruzamos perspectivas analíticas e interpretativas da História da Educação com concepções historiográficas e metodológicas relativas ao uso de fotografias como fontes, de modo que este estudo intenta analisar elementos configuradores da profissão docente, com especial atenção às particularidades históricas da “profissão professor”,⁷ da configuração dos sistemas de ensino, das instituições, das relações e concepções de trabalho vigentes e dos significados simbólicos e culturais que moldavam os perfis dos professores. Ainda assim, cientes dos limites da análise, não intentamos incorrer em generalizações, como uma possível caracterização da *cultura docente*. Por outro lado, tensionamos pensar esse conjunto de trabalhadores como pessoas que construía representações sociais — numa forte desigualdade de gênero — e que compartilhavam determinados entendimentos e modos de compreensão da profissão e das experiências de trabalho (XAVIER, 2014, p. 840).

Por fotografia, entendemos como sendo uma materialidade do passado que



“em certo momento da história, deixou sua marca registrada numa superfície sensível” (MAUAD, 2008, p. 47). Essa marca é a imagem registrada no papel e transformada em documento no presente, que permite analisar alguns aspectos do passado. A fotografia 3x4 permite averiguar o rosto do fotografado e a forma como se apresentou diante do fotógrafo para o registro. Ao serem fotografados, é possível que professores e professoras usassem suas melhores roupas, talvez aquelas reservadas para as festas ou para o domingo, como destaca Miriam Leite ao afirmar que parte daqueles que procuravam os estúdios fotográficos para um registro vestiam seus “trajes domingueiros” (LEITE, 1993, p. 97). Apesar da produção e uso das fotografias terem como objetivo específico a solicitação da carteira profissional, permitem evidenciar determinadas singularidades que permeiam o fotografado.

As fichas de qualificação profissional e a Delegacia Regional Do Trabalho

A carteira profissional, quando criada, em março de 1932, destinava-se a “todas as pessoas maiores de 16 anos de idade, sem distinção de sexo, que exerçam emprego ou prestem serviços remunerados no comércio ou na indústria”.⁸ Esse decreto foi alterado quatro meses depois, em 29 de julho de 1932, incluindo todos “que exerçam emprego ou prestem serviços remunerados”.⁹ Tal alteração se tornou relevante, uma vez que permitiu a outros profissionais, como as professoras, a solicitação de suas carteiras. A demanda pelo novo documento ficou a cargo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), que instituiu inspetorias regionais do trabalho — logo renomeadas para delegacias — em todos os estados brasileiros. No Rio Grande do Sul, a instalação da Inspetoria aconteceu em 1933 e as primeiras solicitações foram realizadas em Porto Alegre e, em seguida, também por trabalhadores de outros municípios.

Para atender aos pedidos, o MTIC elaborou um minucioso sistema de coleta de dados, com detalhes pessoais e profissionais dos solicitantes, os quais eram anotados na ficha de qualificação profissional. Nesse documento, os campos pessoais identificavam o nome, a filiação, a data e o local de nascimento, o estado civil e, se fosse o caso, o número de filhos e de dependentes, os quais também poderiam ser os próprios pais, além do endereço e do grau de instrução. Havia campos específicos para os dados antropométricos: cor (da pele), cor dos olhos, cor do cabelo, sinais particulares e altura. Já os dados trabalhistas eram: profissão, estabelecimento e seu endereço, e vínculo sindical. No verso



da ficha, havia espaço para anotações posteriores, como solicitação de segunda via, mudança de estado civil, inclusão de dependentes, entre outras, e também eram marcadas as digitais e uma fotografia no formato 3x4.¹⁰

A carteira profissional foi parte importante da política trabalhista e populista iniciada por Getúlio Vargas nos anos 1930, juntamente com outros decretos, como a regulamentação do trabalho dos menores e àquele das mulheres. Já em 1941 seria criada a Justiça do Trabalho e em 1943 muitas das leis anteriores foram agrupadas na Consolidação das Leis do Trabalho. A carteira profissional, em meio a esse conjunto de leis, materializava a relação pretendida pelo governo para com os trabalhadores, como aponta Angela de Castro Gomes (2005, p. 167), criando “um instrumento capaz de exercer um controle bem eficaz sobre a massa trabalhadora”. Em termos práticos, a carteira pouco exerceu controle, uma vez que reivindicações por melhorias das condições de trabalho e a atuação sindical, independente do governo, continuaram ocorrendo nos anos 1930 e 1940. Como enfatiza a própria autora, denúncias e reclamações contra as condições de trabalho foram constantes nesse período (GOMES, 2005, p. 225-226).

As fichas apresentam determinado segmento do universo de trabalhadores de diferentes setores da indústria e do comércio e de variadas cidades do Rio Grande do Sul entre os anos de 1933 e 1968 (período em que se dispõe desses documentos preservados em arquivo). Nossa atenção está voltada exclusivamente aos trabalhadores docentes da cidade de Porto Alegre, entre os anos 1930 e 1940. Nesse caso, fica evidente que nossa pesquisa não revela a totalidade dos professores de Porto Alegre, mas apenas uma parcela desses profissionais, os solicitantes da carteira. Além disso, vale destacar que todos os trabalhadores, maiores de 16 anos, deveriam, de acordo com o decreto, solicitar carteira para, assim, garantir seus direitos, independentemente do tempo de trabalho até então desempenhado. Logo, por exemplo, mesmo professoras com trinta anos ou mais de experiência docente ou em início de carreira, poderiam ser solicitantes.

Na sequência, apresentamos aspectos históricos da educação e da compreensão do trabalho docente na primeira Era Vargas.

Educação e profissão docente no Governo Getúlio Vargas

Buscar possíveis compreensões de características dos profissionais docentes de Porto Alegre implica necessariamente pensar os modos políticos e culturais



pelos quais a Educação, a escola e o professor eram entendidos nas décadas de 1930 e 1940, um período de mudanças políticas vinculadas ao trabalho e à educação no Brasil.

Nesse momento, a política educacional do governo Vargas (HORTA, 2010) foi fortemente marcada pela criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pela Reforma Francisco Campos (1931), pela Reforma Gustavo Capanema (1942) e pelo ideário do movimento escolanovista, que primava pela formação de cidadãos disciplinados, moralizados, trabalhadores, ordeiros e saudáveis (SOUZA, 2008, p. 379-395). Assim, divulgavam-se os valores eugênicos e higienistas de cunho nacionalista, centrados na ideia do trabalho “como princípio regenerador da população”, capaz de produzir — a partir da Educação, do civismo, do esporte e dos recursos culturais — uma “raça nacional forte e trabalhadora” (VEIGA, 2007, p. 264). No Rio Grande do Sul, a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública foi criada em 1935, e suas medidas voltadas à Educação primavam pela consolidação do projeto de nacionalidade e de reforma nas orientações pedagógicas, a partir das quais o trabalhador professor representava o principal agente (BASTOS; TAMBARA, 2011, p. 371-373).

Analisando o discurso pedagógico para a escola primária gaúcha da primeira metade do século XX, Eliane Peres (2016, p. 36) sintetiza os saberes escolares que se traduziam em discursos reguladores que valorizavam “uma formação patriótica, cívica, nacionalista” e que estabeleciam “relações com uma formação religiosa, higiênica, econômica”. Assim, o projeto político brasileiro pretendia conformar um tipo ideal de pessoa, a ser formada nas diferentes instituições educativas (escola, família, igreja, etc.): tratava-se do “filho obediente, o aluno exemplar, o bom cidadão, o bom patriota, o cristão fervoroso, seguidor das leis, cumpridor das ordens, controlado, econômico, higiênico e (...) racional” (PERES, 2016, p. 36). O próprio *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, de 1932, referendava ser a educação uma variável em “função de uma concepção de vida, refletindo em cada época, a filosofia que é predominada, o seu turno, pela estrutura da sociedade” (AZEVEDO, 1932, p. 40-41).

Pautada na análise do Decreto 8.020 de 1939, que apresentava os Programas de Ensino a serem desenvolvidos pelas professoras das escolas primárias no Rio Grande do Sul, Peres (2016, p. 38) enfatizou a responsabilidade que recaía sobre o professor, considerado uma personalidade a exercer influência sobre os estudantes:



O exemplo do professor (...) é que criaria as disposições favoráveis nos alunos, sendo considerado que, conforme suas virtudes e defeitos seriam ‘os alunos *calmos* ou *revoltados*, *benevolentes* ou *malévolos*, *generosos* ou *egoístas*, *alegres* ou *bisonhos*, *entusiastas* ou *indiferentes*’ (PERES, 2016, p. 38, *grifos da autora*).

Importa perceber que as renovações pedagógicas e as concepções de ensino e de currículo do período, traziam consigo também uma provável concepção de professor, o profissional exemplar, não somente estética como ética, de modo a atuar como produtor de qualidades, por exemplo, ser virtuoso, na mesma medida em que exercia o papel de influenciador de condutas e de subjetividades. Tal entendimento do papel do professorado na sociedade era ainda compartilhado pelas próprias profissionais, a exemplo do que escrevia a professora Violeta Leme, de São Paulo, nos anos 1920, no livro *O calvário de uma professora* (1927), que ao defender a valorização do trabalho docente, dizia: “é a personalidade da professora o mais importante elemento na educação da infância, é ela que mais coopera na grande obra da formação do caráter nacional” (CATANI, 2015, p. 592).

A ideia de que a professora possuía responsabilidade sobre o “caráter nacional” dos estudantes, compartilhada já nos anos 1920, esteve alinhada com os princípios de nacionalização do ensino e de inovação pedagógica que marcaram o sistema educacional do período varguista. A educação devia ser “aparelhada” e “renovada” com elevação da alfabetização e integração dos descendentes de imigrantes a partir da obrigatoriedade do uso da língua portuguesa nas escolas. Tal medida afetou diretamente o Rio Grande do Sul, em que parte da rede de ensino esteve vinculada a organizações comunitárias católicas e luteranas com atuação de professores alemães, italianos e pomeranos em escolas paroquiais (BASTOS; TAMBARA, 2011; DREHER, 2008, p. 7-28). A estes professores cabia a tarefa de ensinar considerando uma prática pedagógica ligada à concepção de educação e de escola moderna (BASTOS; TAMBARA, 2011, p. 370).

Mesmo que o governo federal, nos anos 1930, tenha destinado “um lugar importante” aos professores, “nem sempre fez corresponder condições de trabalho equivalentes”, como constatou Catani (2015, p. 595) ao analisar o papel desempenhado pelos professores no processo de concretização do projeto republicano do sistema público de ensino do estado de São Paulo. A pesquisadora buscou compreender como atuavam os professores, quem eram, como se formavam, como percebiam seu próprio trabalho. Assim, cita o já



referido livro escrito por Violeta Leme que, ao se dirigir ao secretário do Interior do Estado de São Paulo, dizia estar a “educadora paulista”, “transformada em máquina”, pois “trabalha como máquina e esse trabalho é contraproducente”; e solicitava: “deixai-a agir mais livremente. Seja ela menos escrava; tenha um pouco mais de autonomia em sua classe ou escola, e vereis o seu interesse pelo trabalho e pelo aperfeiçoamento do ensino” (CATANI, 2015, p. 591).

Entretanto, segundo Bastos e Tambara (2011, p. 373), já no governo Vargas, o Rio Grande do Sul adotou uma política de valorização docente, buscando acrescentar ao magistério um “prestígio social”. No período do governo Vargas, a trabalhadora professora era encarada como a profissional de fundamental importância para a concretização de um projeto de sociedade nacional; um mecanismo de uma engrenagem na estruturação do trabalho e do modelo de trabalhador desejado. Os docentes seriam exemplos sociais a espelhar um perfil ideal de conduta, de moralidade, de nacionalidade, assumindo ainda uma representatividade desejável para toda a sociedade, daí a importância de valorizar suas ações e selecioná-los da melhor forma.

Instituições escolares e professores nos dados da DRT/RS

Na década de 1930, entre as preocupações constantes no magistério nacional estavam as ações de reestruturação na formação dos professores em nível superior, suas carências trabalhistas e seus reclames por melhores salários. De modo geral, considerava-se que somente a formação secundária não garantiria a consolidação de um espírito pedagógico (AZEVEDO, 1932, p. 24). Outro aspecto estava na formação superior no Brasil, direcionada basicamente ao serviço de profissões liberais, como engenharia, medicina e direito. Essa indicação é apenas um dos elementos a revelar o quanto a formação estava “elitizada”, uma vez que estes profissionais liberais almejavam ou cargos públicos, ou carreiras privadas, de modo que o trabalho de educador em escolas ficava em um (segundo) plano “menor”. Não obstante, Azevedo (1932, p. 66) revelava que “[...] a maior parte dos educadores que atuavam nas escolas [...] é recrutada em todas as carreiras, sem qualquer preparação profissional, como os professores do ensino secundário e os do ensino superior”; não havendo uma profissionalização específica, independente da área do saber. Além da exigência de reformas na educação superior, que incluíssem a formação docente, outro acontecimento para a ampliação e profissionalização do educador foi a expansão das escolas normais e a sua conseqüente ocupação feminina no



magistério. Nesse movimento inicial de profissionalização do período, as fichas de solicitação de carteira, como veremos, demonstram pouquíssimas especificidades profissionais, até porque a formação majoritária continuava sendo o secundário, e confirmam um relativo crescimento da profissionalização da mulher no magistério em Porto Alegre, representando quase 55% do total de solicitantes.

A identificação dos docentes da cidade de Porto Alegre, na documentação consultada, partiu inicialmente do montante de 658 fichas de professores de todo o Rio Grande do Sul, entre 1933 e 1944. Deste montante, 307 trabalhadores docentes eram de Porto Alegre. Metodologicamente estabelecemos os seguintes critérios de seleção documental: para as tipologias do saber/área do conhecimento e estabelecimentos empregatícios/instituições, consideramos a totalidade (307 professores), embora pouco mais de 10% tenha declarado a especificidade professoral. Ainda, do total de professores de Porto Alegre, foram excluídos os vinculados a cursos diversos, institutos ou que ministravam aulas particulares ou, ainda, aqueles que declararam estarem desempregados.¹¹ Para a análise individual das fichas e das fotografias 3x4, selecionamos apenas os estabelecimentos/instituições que constam nas fichas como ginásio ou colégio, totalizando, então, 146 profissionais, vinculados a 33 instituições (conforme o Quadro 1). Destes, localizamos 116 fotografias,¹² as quais estão organizadas por instituição e distribuídas em 10 figuras.

Nas fichas preenchidas por professores de Porto Alegre, apenas 33 especificaram sua área de atuação docente: particular (19), de música (7), de corte (2), de educação física (2), de bordados (1), de canto e música (1) e de música e letras (1). A partir das fichas, poucas trabalhadoras demonstravam ou se apresentavam enquanto portadoras de uma profissionalização professoral específica.

Quadro 1 - Nominativa das instituições escolares, total de solicitantes de carteira profissional e fotografias 3x4

Nome da instituição	Solicitantes	Fotografias 3x4
Ginásio Anchieta	15	11
Colégio Americano	11	10
Ginásio Nossa senhora do Bom Conselho	9	6
Colégio da Paz	9	8
Colégio Batista Americano	7	7



Aristeu Elisandro Machado Lopes / Fernando Ripe / Mauro Dillmann
 Trabalhadores professores em fotografias 3x4:
 perfis dos solicitantes de carteira profissional em
 Porto Alegre, 1933-1944

Ginásio Cruzeiro do Sul	7	4
Ginásio Farroupilha	7	6
Colégio Concórdia	7	6
Colégio Nossa Senhora da Piedade	7	5
Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora	5	4
Colégio Santa Terezinha	6	6
Colégio Educação e Cultura	5	2
Ginásio Rui Barbosa	5	5
Ginásio Nossa Senhora das Dores	5	4
Colégio Nossa Senhora Medianeira	4	3
Colégio Sévigné	4	4
Ginásio Martin Lutero (Pastor Dohms)	4	3
Ginásio Adventista	3	2
Ginásio Centenário	3	3
Colégio Sagrado Coração de Jesus	3	2
Colégio Santa Família	3	2
Colégio Metodista Institucional	3	2
Colégio Nazareno	2	1
Colégio Nossa Senhora dos Anjos	2	2
Ginásio Nossa Senhora do Rosário	2	2
Colégio Cristo Redentor	1	1
Colégio Flor do Conde	1	1
Colégio Paroquial São Francisco	1	-
Colégio Roque Gonzalez	1	1
Colégio Santa Izabel	1	-
Colégio São Geraldo	1	1
Colégio Sapiranga	1	1
Colégio Villa Nova	1	1
Total: 33	Total: 146	Total: 116

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados das fichas de qualificação profissional. Acervo da DRT-RS/NDH-UFPel.

Note-se que a Era Vargas preservou “um privilegiado espaço para a atuação da iniciativa privada e dos grupos confessionais no campo educacional” (FREITAS;



BICCAS, 2009, p. 61). Certo é que as escolas mencionadas no Quadro 1 não configuram a totalidade de instituições escolares de Porto Alegre no período. Mas, entre os solicitantes — talvez por iniciativa própria ou da instituição — estavam aqueles que declararam atuação profissional nessas escolas, com destaque quantitativo para o Ginásio Anchieta, o Colégio Americano, o Ginásio Bom Conselho, o Colégio da Paz, o Colégio Batista Americano, o Ginásio Cruzeiro do Sul, o Ginásio Farroupilha, o Colégio Concórdia e o Colégio Nossa Senhora da Piedade. Escolas estas que à época se destacavam pelo elevado número de estudantes matriculados, e que poderiam ganhar “amparo” do poder público.¹⁵

Há uma lacuna na historiografia da história da educação no que se refere à identificação de instituições escolares de Porto Alegre do início do século XX que hoje já não estão em atividade. Mas algumas fontes, como o *Almanaque Laemmert*¹⁴ e dados do *Relatório da Instrução Pública*,¹⁵ nos informam sobre a existência (ainda que efêmera) de inúmeros outros colégios na cidade no período. Quando recuamos duas décadas, percebemos algumas peculiaridades dessas e de outras instituições. Em 1911 a Secretaria da Inspectoria Geral divulgava uma tabela¹⁶ com dados sobre escolas particulares e instituições superiores de Porto Alegre, a constar o Ginásio Anchieta (exclusivamente com alunos do sexo masculino), o Colégio Americano (misto, mas com predominância de matrículas masculinas), o Colégio Bom Conselho (misto, mas com predominância feminina) e o Colégio Sévigné (exclusivamente feminino). E, quando consultamos o *Almanaque Laemmert*, nas edições de 1937 a 1940, a fim de conferir a correspondência entre os endereços das escolas informados nas fichas e os endereços apontados no *Almanaque*, percebemos que das 33 instituições mencionadas no Quadro 1, ao menos 15 tiveram divulgação. Importa perceber a abrangência de diferentes segmentos confessionais, católicos e protestantes, a conformar o universo escolar (especialmente o privado) da cidade nas primeiras décadas do século XX.¹⁷ Se tais instituições se expandiam consideravelmente, com ele, também crescia o número de professoras contratadas, algumas das quais — aquelas mencionadas nesse artigo — buscavam por suas carteiras profissionais.

Dos 146 professores de Porto Alegre que solicitaram carteira, a maioria era do sexo feminino, sendo 81 mulheres e 65 homens, em um momento em que a feminilização do magistério começava a ganhar contornos mais definidos. O Quadro 2 permite algumas observações relevantes sobre esse conjunto de trabalhadores, ao trazer informações sobre instrução, estado civil e nascimento, subdivididos por sexo. A maioria possuía grau de instrução secundário (93), seguidas do primário (29) e do superior (23), além de um não informado. Quando



comparamos o grau de instrução por sexo, percebe-se que entre as mulheres predominava a formação no secundário (52) e no primário (22) e, já entre os homens (embora a maioria seguisse formação até o secundário), atingiam o grau superior (17) em proporção muito maior quando comparado às mulheres, demonstrando claramente que o acesso ao superior era bastante limitado para elas. De qualquer forma, o que predominava em termos de profissionalização docente, era a formação no secundário. Em relação ao estado civil, percebe-se que, em ambos os sexos, a maioria dos profissionais era solteiro, embora o número de mulheres solteiras fosse efetivamente mais significativo do que o de casadas. Quando o critério é o nascimento, nota-se que a maioria de ambos os sexos (100 pessoas, do total de 146) nasceu entre 1900 e 1920, o que significa que possuíam, entre as décadas de 1930 e 1940, entre 20 e 40 anos de idade no momento da solicitação da carteira. Por fim, cumpre dizer que a quase totalidade dos profissionais docentes se identificou como branco, demonstrando que nesse universo representativo profissional não havia pretos, pardos ou outra identificação possível à época.¹⁸

Quadro 2 - Instrução/Estado Civil/Data de nascimento dos professores de Porto Alegre¹⁹

	Instrução			Estado Civil			Nascimento			Total
	Prim.	Sec.	Sup.	Solteiro	Casado	Viúvo	1875-99	1900-20	1921-25	
Mulheres	22	52	6	62	18	1	7	49	23	81
Homens	7	41	17	35	29	1	8	51	4	65
									Total geral: 146	

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados das fichas de qualificação profissional. Acervo da DRT-RS/NDH-UFPel.

Na sequência, apresentamos uma seleção das fotografias 3x4 — agrupadas em figuras — dos professores e professoras das instituições de Porto Alegre mencionadas anteriormente no Quadro 1, destacando particularidades de alguns dos fotografados.



Os professores nas fotografias 3x4

O ato de registrar pessoas, por meio de recursos fotográficos, surgiu logo após a sua invenção no século XIX e se tornou uma forma de conservar visualmente determinados momentos da vida — da mesma forma que captava paisagens, guerras, eventos, entre outros. Tais registros poderiam ser de ordem familiar, especialmente no modelo *carte de visite*, ou para classificar pessoas nas esferas jurídica e médica (DUBOIS, 1993). Jean-Jacques Courtine e Claudine Haroche (2016, p. 241) enfatizaram que houve, no final do século XIX, uma “classificação dos rostos”, em que as fisionomias eram capazes de apontar “paixões e tipos de caráter”: “Trata-se agora de identificar indivíduos. Os retratos não trazem mais um nome, mas um número” (COURTINE; HAROCHE, 2016, p. 243).

Como recordação familiar ou como registro médico ou policial, a fotografia, em especial aquela em pequeno formato, passaria a ser empregada em documentos oficiais, como carteiras de identidade e passaportes, no começo do século XX (MAUAD, 2008, p. 31). Assim, quando da criação da carteira profissional, outros modelos de registro individual, com fotografia, já existiam e possivelmente foi neles que o governo se inspirou para elaborar o novo documento.

Cumprir dizer que as fotografias 3x4 são resultados da experiência de um profissional que, em ato fotográfico de estúdio, ou fora dele,²⁰ enquadrava, registrava e fixava rostos. Essas aparições modelares da face não correspondiam necessariamente ao fisionômico do cotidiano dos seus referentes, considerando que muitos se preparavam antecipadamente para esse registro.

O exercício interpretativo dessas imagens possibilita a produção de alguma narrativa a partir daquilo que as fotografias permitem e podem provocar. As fotografias revelam feições de sujeitos certamente com peculiaridades e histórias pessoais diversas, cuja única aproximação que podemos fazer está no fato de serem professores.

Apesar de serem imagens rígidas, focais e com claro objetivo de documentar, de se fixarem em um papel-documento, elas carregam uma vivacidade que, ao olhar contemporâneo, possibilitam uma percepção bastante subjetiva sobre quem eram aquelas pessoas, pois provocam os sentidos sobre as vidas que habitavam nessas imagens. Além disso, trazer à contemporaneidade tais fotografias é uma forma de abordar parte das histórias profissionais desses trabalhadores, mas que tiveram suas fisionomias fotografadas e conservadas nas fichas da DRT/RS.

O agrupamento das imagens obedeceu ao critério de separação das



instituições, quando possível, e, embora não permitam qualquer tentativa de compreensão da experiência coletiva docente, essas fotografias ganham relevância por individualizar o profissional que, historicamente, torna-se muitas vezes invisibilizado e tratado quase apenas no coletivo (professores). Outro elemento a contribuir com a percepção da subjetividade diz respeito ao nome próprio completo.²¹ Acreditamos que, além da imagem do rosto, a identificação pelo nome “valoriza” as pessoas enquanto sujeitos históricos, seu protagonismo e suas experiências próprias no mundo, ao menos nesse momento em que se reconheciam enquanto “professores” e buscavam sua carteira profissional, afirmando informações pessoais no preenchimento de uma ficha.

A Figura 1 apresenta 11 professores de uma instituição masculina, o Ginásio Anchieta; todos eles trajados com terno e gravata.

Figura 1 - Professores de Porto Alegre (I)



Legenda: Ginásio Anchieta: Radagasio Taborda, Luiz Leseigneur de Faria, René Perrot, Germano Roberto Rüdiger, Roberto Medaglia Marroni, Walter Alberto Pecoits, Dirceu Gay da Cunha, Antonio Cantisani, Francisco de Assis Hoffmeister, Isidoro Edelstein e Antonio Dias Filho. Acervo: DRT/RS-NDH/UFPel.

Vale observar que ao trabalharmos com um agrupamento de imagens de docentes de uma mesma instituição estamos compondo uma possível narrativa. No entanto, ao desfazer esse arranjo e perceber cada foto isoladamente, esta narrativa se torna fragmentada (VIDAL, 1998, p. 94), cabendo, assim, ao leitor compor novas produções de sentido para sua análise, bem como a inserção em outros agrupamentos/séries por ele percebido.

Já a Figura 2 apresenta sequencialmente as 10 professoras do Colégio



Americano e duas do Ginásio Bom Conselho. A segunda e a terceira da primeira instituição realizaram suas fotografias no mesmo dia e no mesmo estúdio — de acordo com o fundo e o modelo da placa com a mesma data. Entre elas também está a professora mais idosa entre todos os solicitantes, a quinta, nascida em 1875.

Figura 2 - Professores de Porto Alegre (II)



Legenda: Colégio Americano: Irma Koetz Mascella, Irma Schütz, Noemy Vurlod Ungaretti, Edith Helka Einloft, Luiza Carlota Dorothea Abrutz, Enid Irene Lefton, Lygia Machado Francom, Zilda Müller Sperbm, Ruth Dewey Anderson e Luiza Anna Winckler. Ginásio Bom Conselho: Nydia Augusta Francisconi e Juliana Ferreira. Acervo: DRT/RS-NDH/UFPel.

As expressões fisionômicas, os ornamentos, o vestuário e os penteados registrados neste agrupamento de fotografias são produtos simbólicos de uma específica época. Observa-se, por exemplo, que todas as mulheres registradas na Figura 2, de algum modo, estão com os cabelos presos. Um procedimento que não somente revela seu rosto e olhar, como demonstra o tipo de comportamento social esperado das mulheres naquela ocasião.

A Figura 3 apresenta as demais quatro professoras do Colégio Bom Conselho. Se no Ginásio Anchieta somente homens solicitaram carteiras, tanto neste como no Colégio Americano, todas as fichas são de professoras.



Figura 3 - Professores de Porto Alegre (III)



Legenda: Ginásio Bom Conselho: Maria Elsebis Patthoff Corrêa Lopes, Celina Olga Potthoff, Amparo Avalone e Nair Pastro Pereira. Colégio da Paz: Bertha Guilhermina Ursula Abrutz, Elsa Hofstätter da Silva, Irmagard Schuch, Helma Elisabeth Poisl, Iris Elisabeth Pauperio, Ernesto Theophilo Schlieper, Eria Eltz e Herberto Walter Dietschi. Acervo: DRT/RS-NDH/UFPeL.

Aristeu Elisandro Machado Lopes / Fernando Ripe / Mauro Dillmann
Trabalhadores professores em fotografias 3x4:
perfis dos solicitantes de carteira profissional em
Porto Alegre, 1933-1944

Ao contrário das professoras do Americano, fotografadas com roupas mais sóbrias, as professoras do Bom Conselho escolheram roupas com mais detalhes, com motivos florais e listrados, possivelmente coloridas. Ainda na atualidade o que prevalece no momento da realização de uma fotografia 3x4 para fins de solicitação de documentos, é uma expressão séria. A maioria dos professores se apresentou dessa forma, com exceção da primeira professora do Bom Conselho, que foi fotografada com um sorriso. O mesmo aconteceu com uma das professoras do Colégio da Paz (a penúltima da Figura 3) que, também sorriu ao ser fotografada. Esta instituição se destaca por ter no seu quadro três professoras jovens: a quinta nasceu em 1924 enquanto a sétima e o oitavo nasceram em 1921, e tinham, respectivamente, 17 e 20 anos quando solicitaram suas carteiras, sendo que a primeira possuía o grau primário e os outros dois o secundário. Ainda entre os professores do Colégio da Paz, revela-se a sobriedade da segunda professora, com uma roupa escura e sem acessórios, talvez devido ao seu estado civil, viúva.

As representadas na Figura 4 — os sete primeiros do Colégio Batista Americano e os quatro seguintes do Ginásio Cruzeiro do Sul —, assim como as do Colégio da Paz, contavam com homens e mulheres no seu quadro docente. Entre os homens, todos usavam terno e gravata, contudo, o último, uma outra vestimenta. Já entre os professores da Figura 5, vinculados ao Ginásio Farroupilha, é possível afirmar que todos foram fotografados no mesmo estúdio, de acordo com o modelo da placa com a data, o fundo neutro e a iluminação artificial que, de



Aristeu Elisandro Machado Lopes / Fernando Ripe / Mauro Dillmann
Trabalhadores professores em fotografias 3x4:
perfis dos solicitantes de carteira profissional em
Porto Alegre, 1933-1944

cima, iluminava o rosto do fotografado. Ainda, o terceiro, a quarta e o sexto foram fotografados no mesmo dia. A instituição dos seis seguintes, o Colégio Concórdia, possuía alguns dos professores mais velhos entre os solicitantes. O primeiro nasceu em 1885 e tinha 52 anos quando solicitou sua carteira em 1937, enquanto a segunda e o quarto nasceram em 1899 e entraram com o pedido de carteira em 1941 e 1942, com 42 e 43 anos, respectivamente. Contudo, é no Colégio Concórdia que também estava uma das professoras mais jovens, a sexta, que tinha 21 anos, em 1942, o ano da solicitação.

Figura 4 - Professores de Porto Alegre (IV)



Legenda: Colégio Batista Americano: Ondina Ferreira Brum, Hercilia Wailler da Silva, Cecilia Medeiros, Julieta Pereira, Milton Vitelly Smith, Alice Bagby Smith e Alberto Bagby. Ginásio Cruzeiro do Sul: Octacilio Moreira da Costa, Acelina Assis Cunha, Ovidio Fendt Sicoli e Nataniel Duval da Silva. Acervo: DRT/RS-NDH/UFPeL.

Figura 5 - Professores de Porto Alegre (V)



Legenda: Ginásio Farroupilha: Emma da Silveira Falkenhoff, Maximiliano Canduro, Carlos Henrique Siegmann, Wilma Gerlach Funcke, Karl Black e Friederich Nieklas. Colégio Concórdia: Francisco Fausto Carchia, Erna Maria Luiza Harbit Paltzo, Carlos Augusto Rupp, José Ckless de Lemos, Fernandes Guilherme Krüger e Gertrudes Martha Rehfeldt. Acervo: DRT/RS-NDH/UFPeL.

Artigos



As quatro professoras da Figura 6 foram fotografadas no mesmo dia, 30 de janeiro de 1941, as quais, com o quinto professor, pertencem ao quadro docente do Colégio Nossa Senhora da Piedade. Já as três primeiras professoras do Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora eram irmãs, e realizaram suas fotografias no mesmo dia. Também é nesta instituição que atuava outro professor entre os mais velhos, o nono, nascido em 1885, com solicitação em 1941, com 56 anos. Completa esse conjunto de fotografias as duas professoras do Colégio Educação e Cultura. A primeira fez sua fotografia no mesmo estúdio escolhido pelos professores do Ginásio Farroupilha, conforme fica evidente pelo modelo da placa, o fundo e a iluminação.

Figura 6 - Professores de Porto Alegre (VI)



Legenda: Colégio Nossa Senhora da Piedade: Tecla Maria Neukirchen, Antenora Rocha de Almeida, Ignez Guaglianoni, Maria Eugenia Amodio e Antonio Bochehin. Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora: Ferminda Troyack, Erminda Lydia Troyack, Salania Troyack e Benito Mazon Castaneda. Colégio Educação e Cultura: Helena Cuevas Beltran e Reisle Leja Weissblüth. Acervo: DRT/RS-NDH/UFPeL.

A Figura 7 apresenta as professoras do Colégio Santa Teresinha, a segunda e a terceira fotografadas no mesmo dia, a primeira, a quarta e a sexta também foram fotografadas em fevereiro de 1941 enquanto a quinta em outubro do mesmo ano, mas estas escolheram outros estúdios fotográficos.

Aristeu Elisandro Machado Lopes / Fernando Ripe / Mauro Dillmann
Trabalhadores professores em fotografias 3x4:
perfis dos solicitantes de carteira profissional em
Porto Alegre, 1933-1944



Figura 7 - Professores de Porto Alegre (VII)



Legenda: Colégio Santa Terezinha: Zilha Andréa Pires, Orlinda Judith Tassinari, Emilia Tassinari, Ramona Cony dos Santos, Inah Noll Silveira e Vivaldina Alves de Souza. Ginásio Rui Barbosa: Jacob Edgar Horn, Floriano Maya D’Avila, Waldemar Pinheiro Cantergi, Marino Rodrigues dos Santos e Francisco Antunes Marques. Acervo: DRT/RS-NDH/UFPel.

Os professores tinham a seu dispor mais de um estúdio fotográfico, como demonstra não somente as professoras deste colégio — fotografadas, possivelmente, em cinco estúdios diferentes, de acordo com fundos e os modelos das placas — mas também os demais conjuntos fotográficos.

Os professores da Figura 8 representam quatro instituições. Os quatro primeiros eram professores do Ginásio Nossa Senhora das Dores, as três professoras seguintes pertenciam aos quadros do Colégio Nossa Senhora Medianeira, na sequência os quatro do Colégio Sévigné e o último professor do Colégio Nazareno. Três desses professores apresentaram documentos extras no momento de solicitação da carteira. A primeira professora do Colégio Nossa Senhora Medianeira apresentou uma autorização, dada por sua mãe, na qual ela permitia que a filha, com 17 anos de idade, declarasse seus dados para fins de “tirar sua carteira profissional, nos termos do artigo 5º do decreto 22035 de 29/10/1932”.²² A autorização, manuscrita, era necessária para os solicitantes de carteira menores de idade, o documento deveria ser escrito pelos pais ou tutores e acompanhados de documentos “idôneos” ou confirmados por duas testemunhas. Ainda na ficha da docente, foi anotada a informação sobre a apresentação do seu diploma de professora, “fornecido pela Escola complementar São José de São Leopoldo”. Esta professora era a mais jovem entre todos os solicitantes.



Figura 8 - Professores de Porto Alegre (VIII)



Legenda: Ginásio Nossa Senhora das Dores: Julio Sauro Heller, Lino Vasques Capuano, Emilio Julio Brauny e Jacob Jungblut. Colégio Nossa Senhora Medianeira: Ilka Mattos Ferreira, Zilda Irma Bauer e Carmem Volkmer Lopes. Colégio Sévigné: Jurema Cabral Barbedo, João Alcides Cunha, Antonia Seitz Petzhold e Ottelo Sanchez Laurent. Colégio Nazareno: Heitor Fraga.
Acervo: DRT/RS-NDH/UFPeL.

Aristeu Elisandro Machado Lopes / Fernando Ripe / Mauro Dillmann
Trabalhadores professores em fotografias 3x4:
perfis dos solicitantes de carteira profissional em
Porto Alegre, 1933-1944

Já a primeira professora do Colégio Sévigné, apresentou um atestado, emitido pelo colégio e assinado pela diretora, que explicava que ela “foi desde março de 1938 até a presente data professora auxiliar e substituta da professora Dna. Tony Seitz Petzhold, percebendo mensalmente 100\$000. A referida professora deu provas de competência e ótima conduta moral, nada havendo que a desabone”.²³ O documento apresentado pela professora pode ser visto como uma prova de sua formação docente, que atestava sua profissão, a qual seria registrada na sua carteira. Por outro lado, o atestado apresenta dois aspectos importantes: o primeiro se refere à conduta da professora, moral e sem desabonos; o segundo é seu salário.²⁴

Já o professor do Colégio Nazareno apresentou um atestado semelhante ao de sua colega. Neste, o diretor da instituição declarava que “o Sr. Heitor Fraga, brasileiro, com 19 anos de idade, residente à rua Castro Alves, 317, nesta capital, exerce a profissão de professor particular e trabalha no estabelecimento acima referido”.²⁵ Assim como o documento anterior, este também comprova a profissão de professor e apresenta uma informação que não consta anotada em sua ficha. Além de professor da instituição, ele também exercia atividades particulares.

Os professores da Figura 9 e da Figura 10, oriundos de instituições diferentes, assim como os demais, foram fotografados em estúdio. O sétimo professor da Figura 10 foi fotografado sem a placa que indicava a data do registro. Conforme



o decreto que criou a carteira, a data era indispensável, mas, na prática, nem sempre essa exigência foi obedecida, já que o pedido do professor foi encaminhado.

Figura 9 - Professores de Porto Alegre (IX)



Legenda: Ginásio Martin Lutero: Doris Rosenau, Alice Carolina Elisabeth Iris Dreher e Selívio Rehl. Ginásio Adventista: Euclýdes da Costa e Silva e Trajano Ramos de Oliveira. Ginásio Centenário: Alda Licht, Cyrillo José Wittmann e Adyles da Silva. Colégio Sagrado Coração de Jesus: Augusto Osvaldo Thiesen e Claudino Pedro Bisol. Colégio Nossa Senhora dos Anjos: Maria Alice Gomes Hyarup e Julieta Marcos. Acervo: DRT/RS-NDH/UFPeI.

Figura 10 - Professores de Porto Alegre (X)



Legenda: Colégio Santa Família: Vera Moura Carvalho e Maria Wanda Offermann. Colégio Metodista Institucional: Italia Marchiori de Medeiros e Nair Warth da Silva. Ginásio Nossa Senhora do Rosário: Mario Ferreira de Medeiros e João Ciryno da Costa Filho. Colégio Cristo Redentor: Emeterio Garcia Fernandes. Colégio Flor do Conde: Victorino Feijó Filho. Colégio Roque Gonzalez: Armim Fabian. Colégio São Geraldo: Luiza Amaro Vianna. Colégio Saporanga: Enilda Amélia Nideraner. Colégio Villa Nova: Maria Ambrosina Fossati Revello. Acervo: DRT/RS-NDH/UFPeI

Aristeu Elisandro Machado Lopes / Fernando Ripe / Mauro Dillmann
Trabalhadores professores em fotografias 3x4:
perfis dos solicitantes de carteira profissional em
Porto Alegre, 1933-1944



As fotografias 3x4 apresentam detalhes sobre os professores que são averiguados a partir de seus registros, ou seja, somente pelas informações anotadas nas fichas não seria possível dimensionar tais características. É a partir delas que as fisionomias dos professores são visualizadas: quase todos sérios, mas duas delas foram fotografadas sorrindo. É também a partir das fotografias que identificamos, nas professoras, o uso de adereços, penteados elaborados, detalhes das roupas (feitas com tecidos neutros ou estampados), conforme a moda da época. Enquanto os professores, também bem trajados, usando casacos e gravatas — alguns com gravata borboleta — e os cabelos devidamente penteados.

Dessa forma, vimos o quanto a fotografia pode ser documento relevante para a produção de significados de um passado, nesse caso, o de construção de alguns perfis de um conjunto representativo de professores de Porto Alegre. Esses significados são construídos pela expressão dos *valores de verdade* que a propriedade do ato fotográfico expressa, mas a partir de uma relação com os códigos sociais e culturais que o rodeiam (PESAVENTO, 2009, p. 16). Todavia, são também peculiaridades que, conforme Ana Maria Mauad, podem ser percebidas pelas “práticas fotográficas” que revelam “experiências históricas (...) diversas, mas que não existiram se não fossem fotografadas, aliás, só existem porque foram fotografadas” (MAUAD, 2016, p. 46). Em outras palavras, as fotografias 3x4 mais do que revelarem as fisionomias dos professores, demonstram as experiências de seus registros fotográficos, as quais somente são possíveis de serem acessadas e interrogadas, no presente, pela sua materialidade visual, afixadas nas fichas dos trabalhadores.

Considerações finais

A reflexão apresentada neste texto se pretende um pequeno contributo à História da Educação a partir da análise das fichas de solicitação de carteira profissional de professores de Porto Alegre entre os anos 1930 e 1940. A maior particularidade talvez seja a possibilidade de conhecer os nomes e os rostos dessas pessoas, suas feições, suas características, seus olhares. Perceber esses trabalhadores da educação das primeiras décadas do século XX não por meio do substantivo coletivo (“docentes”, “professores”), mas a partir das singularidades que cada imagem revela, de cada fisionomia disposta a se deixar registrar, é também uma forma de valorizar o indivíduo e de perceber a história na sua mais peculiar dimensão humana, aquela que aciona corpos do passado para



compreendê-los no seu tempo e para significar, expressar e mobilizar sentidos/sentimentos no presente.

A organização de um documento exigindo a imagem de seu portador certamente imputou uma valorização do individualismo e uma racionalização do trabalho administrativo ou do suposto controle do trabalhador. Não obstante, tratar-se-ia de um processo de transformação da identidade individual (a fotografia 3x4), em que esse mecanismo reconfigurou a relação entre o comportamento privado e o público, uma vez que a pessoa era incitada, e, neste caso, obrigada a manifestar suas expressões pessoais, sua fisionomia, seus traços singulares. Assim, sugere-se a existência de busca de um comportamento racional, na qual o trabalhador demonstraria, naquele momento, um autocontrole, impondo a si certas contenções, de modo a reprimir qualquer impulso subjetivo, embora lapsos sejam perceptíveis (sorrisos e descontrações, por exemplo).

Obviamente os registros imagéticos dos documentos trabalhistas retratam os modos de um corpo profissional se expressar em uma específica época. Nesses documentos são perceptíveis certo domínio sobre os rostos, qual seja, especificamente, a existência de um ordenamento da expressão. A constante preocupação com a postura, o olhar, os gestos, bem como os aspectos estéticos da aparência por meio do vestuário, do penteado, do uso de ornamentos — brincos e colares —, da necessidade do uso de óculos, entre outros elementos explícitos nas fotografias, poderiam manifestar à exterioridade um conjunto de comportamentos e atitudes individuais. A uniformização dessa aparência exterior de um determinado grupo profissional denota a preocupação de manifestar autorrepresentações de um modo de se portar bem, de revelar atributos de discrição, de transfigurar um trabalhador intelectual, modesto, organizado e civilizado. Por outro lado, essa padronização dos comportamentos nos registros fotográficos tende a inviabilizar as diferenças sociais, a existência de uma moralidade rompida, o ocultamento dos impulsos e outros possíveis sinais desfavoráveis.

Como destacamos anteriormente, não se trata de nos opormos à ideia de uma identidade profissional, mas de compreender os limites de uma análise fisionômica. Se por vezes, ao longo da história, a quimera do estabelecimento de relações entre identidade e fisionomia foi persistente — e aqui estamos tratando do mecanismo genealógico de Lombroso,²⁶ que esboçou o agrupamento de rostos, por meio de equivalências e simetrias anatômicas a fim de identificar certas tipologias de degeneração, de graus psíquicos, de níveis de delinquência



e criminalidade, de intelectualidade —, o risco de, a partir de uma leitura de imagens, traçar identidades sociais, ou profissionais, seria confundir identidade e fisionomia. A morfologia do rosto apagaria qualquer possibilidade de singularidade, marcando e fixando a identificação de indivíduo a uma identidade previsível.

De fato, a pessoa fotografada no documento, por meio de um conjunto de técnicas e procedimentos que lhe exige por alguns instantes o silêncio e a inércia, pretendendo codificar através de uma imagem um sujeito racional controlado, pouco revela de sua sensibilidade e de sua interioridade individual (COURTINE; HAROCHE, 2016). As singularidades dos rostos são percebidas em pequenos deslizos que, por algum motivo, escapam da pessoa fotografada e do próprio fotógrafo. Constituem-se de pequenos sorrisos, de enrugamentos da face, de olhares melancólicos, de movimentos involuntários — ou não — que permitem exteriorizar fisionomias do sensível. A leitura das imagens nos leva a perceber que o rosto feminino da época deveria ser adornado por brincos e colares, quando não muito acompanhado do uso de maquiagens,²⁷ para conferir à fotografada um ar de atenção à moda e de pretensão de pertencimento a determinados grupos sociais. Ou, de outra forma, que o sorriso de mulheres durante a captura de sua imagem, ainda que fosse registrado apenas um repuxo do canto da boca, poderia travestir na leitura de uma alma imoral, sedutora, volúpia, indesejável à sociedade que se pretendia ser moderna, racional e cristã. Do mesmo modo, a fisionomia masculina deveria ser marcada por uma representação viril, racional, intelectual, moldada por um rosto alinhado, expresso por uma masculinidade no uso da barba ou do bigode, cabelos uniformemente penteados, ataviado de um terno e de uma gravata. A produção da boa aparência visava a afastar qualquer relação com o desviante da norma, com o subversivo, com a histeria, com o antipatriota, com todos aqueles indesejáveis para o projeto nacionalista de Vargas.

Olhar para essas imagens nos leva a perceber que eram essas pessoas que, na época, carregavam a responsabilidade prática, diretamente na escola, dos projetos políticos que previam a disciplina, a higienização, o patriotismo característico e imposto pela Era Vargas e a modelação do intelecto e das emoções das crianças, tal como o projeto educativo para a nação era, então, pensado. Afinal, a tônica do Brasil das primeiras décadas do século XX era “a ideia de regeneração pela escola” (SOARES, 2007, p. 160), fortemente carregada e influenciada por ideais religiosos.

Essa almejada regeneração era moral, mas não necessariamente ainda menos

excludente. Não se pode deixar de mencionar que os perfis representativos dos professores apresentados são, de forma unânime, de sujeitos brancos, compreendidos, em parte, pela evidente limitação do acesso de negros e mestiços à formação escolarizada ginásial ou superior.

Os professores apresentados neste artigo eram aqueles profissionais que talvez atentos ao significado e importância que a carteira profissional passava a assumir, declararam atuação em inúmeras escolas privadas de Porto Alegre. Por outro lado, era possível que as próprias instituições — para se manterem situadas nas determinações legais trabalhistas — requisitassem de seus trabalhadores docentes a confecção do documento.

Em um país idealizador do trabalho enquanto veículo do labor positivo, da disciplina, do patriotismo e do moralismo, ser trabalhador professor também estaria vinculado ao papel esperado do bom cidadão e bom brasileiro (SOARES, 2007, p. 162). A profissão docente nos anos 1930 e 1940 exigia determinada formação e, ao menos pelos símbolos revelados pelas imagens fotográficas, envolvia modos de se portar, de olhar e de se vestir, que eram compartilhados em grande medida pelo grupo ou que se entendia como necessário para “dever ser” professor e professora.

Se por um lado, seria possível pensar a profissão docente vinculada à cultura escolar (o que não foi nosso objetivo) em suas várias possibilidades de entradas interpretativas, por outro, tal como procuramos demonstrar neste texto, é possível compreender esses códigos culturais do “ser professor” a partir das fichas de solicitação de carteira profissional. Ao realizarem a fotografia 3x4 e informarem seus dados na ficha, os docentes criavam imagens de si, atribuíam sentidos a si, a partir daquilo que era social e culturalmente permitido, vivido, sentido, compartilhado e esperado de um/a professor/a.

Referências

ARROYO, Miguel. *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

AZEVEDO, Fernando. *A Reconstrução Educacional do Brasil: ao povo e ao governo*. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Rio de Janeiro, 1932.

BASTOS, Maria Helena; TAMBARA, Elomar. Enredos para a Escola Nova no Rio Grande do Sul: eventos e atores em cena. In: MIGUEL, Maria Elisabeth; VIDAL, Diana; ARAÚJO, José Carlos (Orgs.). *Reformas Educacionais*. As manifestações da



escola Nova no Brasil (1920-1946). Campinas; Uberlândia: Autores Associados; EdUFU, 2011, p. 370-392.

CATANI, Denice. Estudos de história da profissão docente. In: LOPES, Eliane; FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 5ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 585-600.

COURTINE, Jean-Jacques; HAROCHE, Claudine. *História do rosto: exprimir e calar as emoções*. Trad. Marcus Penchel. Petrópolis: Vozes, 2016.

DREHER, Martin. *Breve história do ensino privado gaúcho*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

DUBOIS, Philippe. *O Ato fotográfico e outros ensaios*. Trad. Maria Appenzeller. Campinas: Papyrus, 1993.

FERREIRA, Antonio Carlos. *A Escola Positiva no Brasil: a influência da obra "O Homem Delinquente", de Cesare Lombroso, no pensamento penal e criminológico brasileiro entre 1900 e 1940*. Faculdade de Direito. Criciúma: UNESC, 2010.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane. *História social da educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GONDRA, José. *A Emergência da Escola*. São Paulo: Cortez, 2018.

HORTA, José Silvério. A política educacional do Estado Novo. In: SAVIANI, Dermeval (Org.). *Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira*. Vitória: Edufes, 2010, p. 283-318.

KONRAD, Glaucia. Trabalhadoras em Educação: as “professorinhas da nacionalização” no Estado Novo no Rio Grande do Sul. In: Encontro Estadual de História, XI, 2012, Rio Grande. *Anais...* Rio Grande: ANPUH, 23-27, jul. 2012. p. 01-11.

LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de família: leitura da fotografia histórica*. São Paulo: EDUSP, 1993.

LIMA, Ederson Santos. Guilherme Glück: a coleção, o fotógrafo e a educação (1920-1950). *História da Educação*, Porto Alegre, v. 20, p. 163-185, 2016.



LOPES, Aristeu. SCHMIDT, Mônica Renata. Os trabalhadores no Frigorífico Anglo de Pelotas no Acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul: história, memória e fotografia. *Revista Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, vol. 22, p. 398-423, 2018.

MAUAD, Ana Maria. Sobre as imagens na História, um balanço de conceitos e perspectivas. *Maracanan*, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 14, p.33-48, 2016.

MAUAD, Ana Maria. *Poses e Flagrantes: ensaios sobre história e fotografias*. Niterói: Editora da UFF, 2008.

NÓVOA, António. *Le temps des professeurs*. Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII- XX siècle). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987. v. 2.

NÓVOA, Antonio. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 4, p. 109-139, 1991.

PEREIRA, Leonardo Affonso. No ritmo do Vagalume: culturas negras, associativismo dançante e nacionalidade na produção de Francisco Guimarães (1904-1933). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 35, n. 69, p. 13-33, 2015.

PERES, Eliane. Currículo e práticas escolares da escola primária gaúcha no período da implantação da escola graduada e da institucionalização da modernidade pedagógica (1909-1959). In: GRAZZIOTIN, Luciane; ALMEIDA, Dóris (Orgs.). *Colégios elementares e grupos escolares no Rio Grande do Sul: memórias e cultura escolar, séculos XIX e XX*. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 30-64.

PESAVENTO, Sandra. *Visões do cárcere*. Porto Alegre: Zouk, 2009.

POSSAMAI, Zita. *Cidade fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos – Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930*. 2005. 447f. Tese (Doutorado em História) – UFRGS, Porto Alegre.

ROUILLÉ, André. *A fotografia entre documento e arte contemporânea*. Trad. Constancia Egrejas. São Paulo: Editora do SENAC São Paulo, 2009.

SOARES, Gabriela. *Semear horizontes*. Belo Horizonte: Editora UFMS, 2007.

SOUZA, Rita de Cássia. Atividades e instituições escolares. Trabalho para o corpo, educação para a mente. In: VAGO, Tarcísio; OLIVEIRA, Bernardo (Orgs.). *Histórias de práticas educativas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008, p. 378-399.



VEIGA, Cynthia. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2007.

VIDAL, Diana. A fotografia como fonte para a historiografia educacional sobre o século XIX: uma primeira aproximação. In: FARIA FILHO, Luciano M. de (Org.). *Educação, Modernidade e Civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 73-88.

XAVIER, Libânia. A construção social e histórica da profissão docente: uma síntese necessária. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 59, p. 827-849, out.-dez. 2014.

Notas

¹Professor Associado II do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas.

²Professor Adjunto da Faculdade de Educação e dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Educação Matemática da Universidade Federal de Pelotas.

³Professor Adjunto do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas.

⁴A carteira profissional, conhecida hoje como “carteira de trabalho e previdência social”, foi criada no governo provisório de Getúlio Vargas pelo Decreto-Lei 21.175 de 21 de março de 1932.

⁵Pela relevância dos marcadores de gênero, ao longo deste texto optamos por alternar aleatoriamente entre o uso do masculino (professor) e do feminino (professora).

⁶Na historiografia da Educação no Brasil, a busca por traçar e analisar determinados perfis de professores em cargos públicos ou privados já conformou objeto de estudo. Veja-se Gondra (2018, p. 54-66) e Konrad (2012).

⁷A profissionalização docente foi decorrente de um processo que, segundo Libânea Xavier, apoiada em estudos de Nóvoa (1987), “só se coloca a partir do momento em que certo domínio social é ocupado por um conjunto de indivíduos que lhe consagram a maior parte do seu tempo de trabalho, buscando dessa forma sua subsistência”. Além disso, outros fatores são importantes, como a autorização legal (licença ou diploma), a formação específica e especializada e a constituição de associações profissionais (XAVIER, 2014, p. 839-840).

⁸BRASIL. Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21175-21-marco-1932-526745-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 21/07/2020.

⁹BRASIL. Decreto nº 21.580, de 29 de junho de 1932. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21580-29-junho-1932-526759-republicacao-81815-pe.html> Acesso em: 21/11/2019.

¹⁰A pesquisa partiu da consulta à organização quantitativa total das fichas para, então, selecionar o dado a guiar a seleção do campo a ser investigado, nesse caso, a profissão. Para



facilitar esse processo de coleta, foram utilizadas as informações já inseridas no banco de dados, um programa que repete os campos da ficha e permite cruzá-los. Atualmente (agosto de 2021) o banco comporta informações de 50.978 fichas que correspondem ao período entre 1933 e 1944. Dessa forma, foi a partir de uma pesquisa inicial no campo “profissão”, que os professores foram localizados, em seguida, o resultado foi cruzado com o campo “cidade do estabelecimento”, o que permitiu selecionar somente aqueles de Porto Alegre.

¹¹Fichas de 12 professores registraram no campo estabelecimento “desempregado” e 26 fichas como “não informou”.

¹²As demais 30 fotografias ou foram extraviadas antes da salvaguarda no NDH/UFPel, ou não constam nas fichas ou estão deterioradas.

¹³Veja-se decreto 142 (12 julho 1928) que municipalizava o ginásio N. S. do Rosário, visto que as instituições que abrigavam Ginásio Municipal – Ginásio Anchieta e Ginásio Bom Conselho – passaram a constituir o Ginásio Estadual. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/decreto/1928/14/142/decreto-n-142-1928-municipaliza-o-ginasio-n-s-do-rosario>. Acessado em 01/08/2020.

¹⁴ALMANACK LAEMMERT: Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro (1937-1940). Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁵Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186270>. Acessado em 30/07/2020.

¹⁶A tabela revela o número de escolas particulares (Primário, Secundário e Superior) na cidade de Porto Alegre, do mesmo modo que permite uma verificação na relação de gênero entre os matriculados em instituições superiores, comprovando que a educação superior estava voltada majoritariamente aos homens. A formação feminina para atuar no magistério estava quase que restrita à formação secundarista.

¹⁷O universo de escolas confessionais fundadas em Porto Alegre desde o início do século XX, mesmo aquelas que não estão contempladas no Quadro 1, era significativo, o que confirma que o número de professores que atuavam em Porto Alegre entre os anos 1930 e 1940 era muito superior ao apresentado neste artigo. Entre elas, estavam a Casa do Pequeno Operário, de 1904, (dos Salesianos de Dom Bosco), a escola São João Batista de La Salle, de 1907 (dos Lassalistas), colégio Nossa Senhora das Dores, de 1908, o colégio Santo Antônio, de 1913, o orfanato Pão dos Pobres. Destacam-se também escolas fundadas por ordens e congregações femininas, como aquelas criadas pelas Pobres Irmãs Escolares de Notre Dame, desde 1938, seguidas de outras da Sociedade das Filhas do Coração de Maria e das Irmãs do Divino Salvador (DREHER, 2008, p. 72-74). Também as de denominações protestantes foram fundadas em Porto Alegre. Dreher (2008, p. 75) aponta que os luteranos, para além das escolas paroquiais, deram atenção ao estudo secundário e fundaram ginásios e colégios. Os metodistas “tiveram sua primeira escola inaugurada em outubro de 1885”, em Porto Alegre, o Colégio Evangélico Misto (Colégio Americano), e, em 1923, o Porto Alegre College (IPA). Os anglicanos teriam fundado escola em 1912, assim como, posteriormente, os adventistas. E os batistas “tiveram sua principal escola” fundada em 1926, antes, porém, a comunidade judaica, em 1922, funda o Colégio Israelita Brasileiro.

¹⁸Entre os 658 solicitantes de carteira, apenas quatro fichas com registro de cor como “parda”, duas com registro “morena” e uma com “mista”.



¹⁹Na coluna Instrução, uma professora não declarou. Na coluna Nascimento, 1875 é ano de nascimento do trabalhador mais velho e 1925 do trabalhador mais novo; ainda nesse campo, duas professoras e dois professores não informaram.

²⁰Sobre as fotografias 3x4 realizadas fora de um estúdio, ver: (LOPES; SCHMIDT, 2018, p. 398-423).

²¹Como as fichas eram preenchidas a mão e a grafia não é de fácil entendimento, é possível que alguns dos sobrenomes estejam transcritos equivocadamente.

²²Autorização de Ana Celia Ida Mattos Ferreira. Documento anexado a ficha de qualificação profissional de Ilka Mattos Ferreira. Acervo: DRT/RS-NDH/UFPeL. O decreto ao qual se refere o documento foi o terceiro publicado com alterações em relação a criação da carteira profissional. BRASIL. Decreto nº 22.035, de 29 de outubro de 1932. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/> Acesso em: 30/07/2020.

²³Atestado emitido pelo Colégio Sévigné, assinado pela Madre Sainte Odile. Documento anexado a ficha de qualificação profissional de Jurema Cabral Barbedo. Acervo: DRT/RS-NDH/UFPeL.

²⁴Essa informação não constava nas fichas até o ano de 1944, o que inviabiliza um estudo mais completo sobre os valores pagos aos professores.

²⁵Atestado emitido pelo Colégio Nazareno, assinado pelo Diretor Alfredo Silveira Dias. Documento anexado a ficha de qualificação profissional de Heitor Fraga. Acervo: DRT/RS-NDH/UFPeL.

²⁶Referência ao médico e criminologista italiano Cesare Lombroso (1835-1909) que ficou reconhecido por sua teoria do “delinquente nato”. Tratava-se da ideia de perceber a partir das características físicas, fisiológicas e mentais certa predisposição ao crime. Vale lembrar que a teoria positivista de Lombroso influenciou na estruturação do Código Penal de 1940, durante o governo de Vargas, no processo de caracterização do criminoso. Sugere-se Pesavento (2009) e Ferreira (2010).

²⁷Vale lembrar que era uma prática comum, nos estúdios fotográficos, a disponibilização de acessórios, maquiagens e vestuários para que os fotografados pudessem compor sua imagem exibida juntamente com o cenário (fundo) previamente organizado pelo fotógrafo. Essa prática, se por um lado, revela padrões de comportamento e da moda utilizados à época, por outro, invisibiliza possíveis desníveis sociais, bem como pode esconder traços subjetivos do retratado. Importante destacar o trabalho de Ederson Santos Lima (2016) sobre a coleção de imagens produzidas pelo fotógrafo Guilherme Glück que revelam um possível ideal de escola e de professores na cidade da Lapa entre os anos de 1920-1950.